



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

29/05/2015 ATÉ 29/05/2015



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 BLOG RONALDO ROCHA.....	1
	1.2 SITE IDIFUSORA.....	2
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE CNJ.....	3
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	3.1 G1 MARANHÃO.....	4
	3.2 IMIRANTE.COM.....	5
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
	4.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	7
5	EVENTOS	
	5.1 SEM ASSUNTO.....	8
6	JUIZADOS ESPECIAIS	
	6.1 BLOG AQUILES EMIR.....	9
7	JUÍZES	
	7.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	10
8	VARA CRIMINAL	
	8.1 IMIRANTE.COM.....	11
9	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	9.1 IMIRANTE.COM.....	12
	9.2 SEM ASSUNTO.....	13

Sem serviços de telefonia, juizados ficam incomunicáveis e operadora não aponta solução para o problema

Devido a problemas com a telefonia fixa, fornecida pela Oi, os 5º e 12º Juizados Especiais (Anjo da Guarda e João de Deus, respectivamente), estão incomunicáveis. A informação é da Secretaria de Supervisão dos Juizados Especiais.

De acordo com a secretaria, a falha na comunicação já completa mais de um mês nas unidades. Ainda segundo a Secretaria, a operadora OI já foi comunicada do problema, mas até agora não resolveu a situação. Ainda de acordo com o comunicado, "a Coordenadoria dos Juizados, através da coordenadora, juíza Marcia Chaves, já requereu providências da operadora, sem sucesso".

Justiça desbloqueia R\$ 1 milhão e bens da Linuxell

O desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, deferiu pedido da Linuxell Informática e determinou o desbloqueio de R\$ 1 milhão e a restituição de bens que haviam sido apreendidos no bojo das operações "Maharaja" e "Morta Viva", da Polícia Civil de do Ministério Público.

A empresa foi arrolada entre os integrantes do esquema após o MP apontá-la como uma espécie de "lavanderia" que atuava nas prefeituras de Marajá do Sena e Zé Doca.

Ao decidir sobre os casos, Raimundo Melo acatou os argumentos de que a Linuxell foi incluída por engano entre os investigados.

"A requerente comprovou de forma indubitosa que um dos investigados nas operações policiais e ministeriais, o senhor Francisco de Jesus Silva Soares, não mais fazia parte da administração da empresa", despachou o magistrado.

Segundo a Linuxell, Francisco de Jesus Silva Soares - apontado como um dos integrantes do esquema de agiotagem que atuava nas prefeituras de Marajá do Sena e Zé Doca - saiu do quadro societário em 1998, mas teve o nome retirado apenas dos registros na Junta Comercial, permanecendo nos arquivos da Receita Federal "por descuido do contador da empresa".

"[A aparição do nome de Francisco de Jesus entre os sócios] foi surpresa para atuais sócios da referida empresa, que somente nesta data (05.05.2015) ficaram sabendo deste fato", diz o texto da petição.

Em contato com o blog, o advogado Elson Fagundes acrescentou que a Linuxell Informática não se trata de empresa "laranja", que possui mais de 100 funcionários em seus quadros e que os recursos bloqueados são oriundos de contratos com o Estado e a Prefeitura de São Luís.

"Este bloqueio causou grandes dificuldades e prejuízos, vez que impossibilitou a empresa de honrar seus compromissos junto a fornecedores. E causará ainda mais haja vista que não poderá pagar os salários de seus 102 empregados", relatou ele na peça.

Em nota emitida após a decisão judicial pelo desbloqueio dos bens, a empresa voltou a reafirmar sua idoneidade.

"A Linuxcell Informática Ltda. é uma empresa idônea, exerce atividades lícitas na área de informática, conforme comprovado perante as autoridades policiais e o Poder Judiciário, e nunca celebrou contrato com as prefeituras investigadas", declarou.

Jornalistas discutem função social da imprensa

Itevaldo Júnior conversou com jornalistas da assessoria do Tribunal de Justiça|

O papel dos meios de comunicação e a função social da imprensa na atual conjuntura política. Este foi um dos assuntos discutidos pelos profissionais da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, no projeto "Café com Palavra", em mesa-redonda com o jornalista Itevaldo Júnior.

Profissional com experiência nas áreas política e cultural, com reportagens marcantes na imprensa maranhense, Itevaldo Júnior afirmou em debate com os jornalistas do TJMA que os meios de comunicação social ocupam papel importante no processo de mudança da realidade política, econômica e social no País.

Questionado se a comunicação online, com os inúmeros recursos oferecidos pela Internet, pode comprometer a sobrevivência do jornal impresso, Itevaldo Júnior frisou que os veículos tradicionais de comunicação não podem competir de forma ingênua com a Internet.

Para o jornalista, o jornal impresso tem que se reinventar nessa nova realidade no mercado da comunicação, para manter sua vitalidade como instrumentos de comunicação eficiente junto à sociedade, que já consegue aferir a qualidade da informação que recebe.

Segundo ele, os veículos tradicionais, em especial impressos, devem manter o que têm de melhor, ampliando o contato com a sociedade, com efetivos investimentos no conteúdo e na qualidade do jornalismo praticado, dando mais consistência à notícia e evitando a superficialidade.

Itevaldo Junior diz que a força do jornalismo impresso está nas grandes reportagens com abordagens contextualizadas sobre temas pertinentes à sociedade, descrevendo o mundo no qual vivemos.

O jornalista enfatizou que a imprensa tem que exercer plenamente a sua função social. No caso específico dos jornais, ele ressalta que esse segmento de mídia não pode abandonar a grandes reportagens e tratar com superficialidade questões que definem a vida do cidadão.

Na ocasião, ele apresentou aos jornalistas da Assessoria de Comunicação do TJMA o livro "Quase Retratos", obra literária da sua lavra, concebida a partir da sensibilidade e do olhar atento do jornalista no cotidiano profissional.

Ascom TJMA

Ação Global fará inscrições para casamento comunitário em São Luís

Pessoas que residem na cidade de São Luís e que desejam realizar o sonho de oficializar a união poderão fazer a inscrição para o projeto casamento comunitário, neste sábado (30), durante a realização da Ação Global, realizada na Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Campus do Bacanga. A Corregedoria da Justiça estará com uma equipe para atender aos interessados em participar da cerimônia que, este ano deverá contar com mais de mil casais e está prevista para acontecer no segundo semestre de 2015. Somente podem se inscrever interessados que morem na capital maranhense.

O coordenador das Serventias da Corregedoria, Rafael Duarte, informa que também será oferecido o serviço de emissão de Registro Civil de Nascimento para crianças recém-nascidas e que ainda estejam dentro do prazo legal para emissão. Ele também alerta para os interessados em participar do casamento que mais uma vez as inscrições serão limitadas. "É a oportunidade que muitas pessoas estão esperando, por isso é preciso ficar atento. Após a Ação Global, vamos fazer um levantamento e verificar a necessidade de reabrir as inscrições, que terão prazo definido. O interessado também deve ficar alerta para a apresentação de toda a documentação necessária para a efetivação da inscrição", lembrou.

Por enquanto, não serão aceitas inscrições na sede da Corregedoria, somente durante a Ação Global. Os interessados devem ficar atentos para os critérios de apresentação de documentos em cada caso, conforme a sua situação. A documentação daqueles que vão casar pela primeira vez é diferente daqueles que já estão indo para o segundo matrimônio. No comparecimento para a inscrição, os casais devem apresentar as testemunhas do casamento e os documentos exigidos para a participação na celebração.

Deverá ser entregue uma cópia acompanhada do documento original da certidão de nascimento, carteira de identidade e comprovante de residência no caso quando os noivos forem solteiros e maiores de 18 anos. Já no caso dos noivos divorciados, a documentação necessária é certidão de casamento averbada com o original do divórcio, carteira de identidade e comprovante de residência. Para os noivos menores de 16 anos, a documentação exigida será certidão de nascimento, carteira de identidade, comprovante de residência, consentimento dos pais e carteira de identidade dos pais ou responsáveis. Os noivos viúvos vão precisar da certidão de casamento averbada com o óbito, carteira de identidade e comprovante de residência.

Casamento Comunitário: inscrições poderão ser feitas na Ação Global - Imirante.com

Foto: Reprodução|Foto: Divulgação - TJ-MA.|

Foto: Divulgação - TJ-MA.|

SÃO LUÍS - Pessoas que moram em São Luís e que desejam realizar o sonho de oficializar a união poderão fazer a inscrição para o projeto Casamento Comunitário, neste sábado (30), durante a realização da Ação Global, realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus do Bacanga. A Corregedoria da Justiça estará com uma equipe para atender aos interessados em participar da cerimônia que, este ano deverá contar com mais de mil casais e está prevista para acontecer no segundo semestre de 2015. Somente podem se inscrever interessados que moram em São Luís.

O coordenador das Serventias da Corregedoria, Rafael Duarte, informa que também será oferecido o serviço de emissão de Registro Civil de Nascimento para crianças recém-nascidas e que ainda estejam dentro do prazo legal para emissão. Ele também alerta para os interessados em participar do casamento que mais uma vez as inscrições serão limitadas.

"É a oportunidade que muitas pessoas estão esperando, por isso é preciso ficar atento. Após a Ação Global, vamos fazer um levantamento e verificar a necessidade de reabrir as inscrições, que terão prazo definido. O interessado também deve ficar alerta para a apresentação de toda a documentação necessária para a efetivação da inscrição", lembrou.

Por enquanto, não serão aceitas inscrições na sede da Corregedoria, somente durante a Ação Global. Os interessados devem ficar atentos para os critérios de apresentação de documentos em cada caso, conforme a sua situação. A documentação daqueles que vão casar pela primeira vez é diferente daqueles que já estão indo para o segundo matrimônio.

No comparecimento para a inscrição, os casais devem apresentar as testemunhas do casamento e os documentos exigidos para a participação na celebração.

Deverá ser entregue uma cópia acompanhada do documento original, conforme a situação apresentada abaixo:

São Luís: Tribunal do Júri popular julga 41 acusados em junho - Imirante.com

Reprodução/Internet|

SÃO LUÍS - O Tribunal do Júri de São Luís julgará 41 acusados de homicídio e tentativa de homicídio no mês de junho. As sessões de julgamento ocorrem, simultaneamente, nas quatro varas do júri, começando às 8h30. Os salões de julgamento ficam no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Na 1ª Vara do Tribunal do Júri, serão julgados: Aylton Santos Nascimento e Hernilson de Jesus Nunes Ferreira dos Santos (dia 10); José Wilson de Sá (12); Adenilson Diniz Pereira, Robenilson Oliveira e Marcelo da Cruz Cardoso (17); Brás Bispo Costa e Joniel dos Santos Martins (19); e Jorge Ricardo Silva de Almeida (24). As sessões serão presididas pelo juiz titular da unidade judiciária, Osmar Gomes dos Santos.

As sessões da 2ª Vara do Júri começam nesta segunda-feira (1º), com o julgamento de Diogenes Ramon Freitas Mota, Ezequiel Prado Nunes e Paulo Henrique Silva. Em junho serão julgados também Francisco Alves dos Santos (dia 3); Willame Costa Pestana (8); Clímaco Souza Nascimento (10); Márcio Salazar da Silva (12); Urubatan Pinheiro Passos (16); Daniele Gomes Falcão (18); José Raimundo Nascimento Filho (22); Rosivaldo Costa da Silveira (24); Paulo Vitor dos Reis Silva (dia 26) e Eustórgio Ronaldo Gomes Vaz (30). As sessões serão presididas pelo juiz Gilberto de Moura Lima.

No 3º Tribunal do Júri serão julgados: José Ribamar Lindoso Froz (dia 2); Elisson Lima Correa (9); Thales Fernando Maranhão (11); Jomar Roberto Ferreira da Cruz (16); Jonnatha Felipe Deça Sousa (18); Josuel Gusmão Silva (23); Nivaldo Penha Câmara (24); Marlon Gomes Velozo, Max Douglas Mendonça Silva, Raimundo Nonato Moraes da Silva, Moisés Silva e Domingos Ferreira Cantanhede Silva (25). As sessões de julgamento serão presididas pela juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, titular da unidade.

Já na 4ª Vara, serão julgados: José Carlos Sereno Júnior (dia 9); Robert Rodrigues Duarte (11); Malyo Silva Araújo (16); Claudinaldo da Silva Santos (18); Maxwell Freire Meneses (19); Patrick Bezerra Castro e Vilson Teófilo dos Santos Júnior (23) e César Franco Pereira dos Santos (25). O titular da 4ª Vara do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, presidirá os julgamentos.

Mudança de endereço suspende expediente externo na 1ª Vara da Infância até o dia 03 de junho - Imirante.com

SÃO LUÍS - Em função da mudança da 1ª Vara da Infância e da Juventude da capital, no Centro, para o Fórum de São Luís, no bairro Calhau, está suspenso o atendimento externo na unidade a partir desta sexta-feira (29), até o próximo dia 3 de junho, ou "enquanto perdurar a situação".

Os prazos processuais também ficam suspensos no período, quando o expediente será apenas interno.

As informações constam de portaria assinada pela juíza Joseane de Jesus Correa Bezerra, atualmente respondendo pela Vara da Infância.

De acordo com o documento "somente pedidos de urgência\emergência, quando existir violação ou iminente risco de integridade física e/ou psicológica à criança e adolescente" serão recebidos pela Vara no período.

Entre as considerações da magistrada na portaria, "a necessidade de reorganização administrativa da 1ª Vara da Infância e Juventude e a carência de logística no transporte, acondicionamento e localização de processos, equipamentos e demais itens laborais".

Saiba mais sobre a campanha “Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome”

A Corregedoria da Justiça do Maranhão lançou na quinta-feira (28) a campanha “Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome” durante a realização do 1º Ciclo de Debates sobre Registro Civil de Nascimento e Acesso à Educação Básica. O evento, que contou com a participação de diversas autoridades ligadas à área de promoção dos direitos sociais, foi realizado no Fórum de Justiça de São Luís, capital maranhense.

Na abertura dos trabalhos, a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou os trabalhos já realizados até o momento no Maranhão, que foi a unidade da federação que mais avançou no combate ao sub-registro na última década. Mas lembrou que ainda é preciso avançar para erradicar por completo o problema no Estado.

“Entre 2002 e 2013 o percentual de sub-registro no Brasil caiu de 20,3 para 6,7%. Um número que poderia ser comemorado, não fosse a enorme disparidade que ainda persiste entre os diversos estados brasileiros. No caso do Maranhão, que muito avançou, o índice se aproxima de 11%, enquanto há unidades federativas onde essa taxa cai para perto de 1%”, afirmou.

Nelma Sarney lançou a campanha dando ênfase à importância da iniciativa frente à realidade ainda encontrada no Maranhão. Ela convidou os órgãos parceiros para somarem esforços no sentido de promover a mobilização estadual pela erradicação do sub-registro e do registro tardio.

“A campanha ‘Eu Cidadão, com nome e sobrenome’ tem a finalidade de alcançar o interior do Estado, principalmente aquelas localidades mais afastadas dos centros urbanos. Como estratégia de mobilização, a campanha se desenvolverá por meio de agentes de saúde, conselheiros tutelares, educadores e outros agentes sociais que atuam junto a essas comunidades. A proposta é que eles sejam multiplicadores da importância de obtenção do Registro Civil de Nascimento nessas localidades.

“Eu Cidadão, com nome e sobrenome” está alinhada à Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento, do Governo Federal. A campanha visa, ainda, estimular a emissão da 1ª via da Certidão de Registro Civil de Nascimento junto às serventias extrajudiciais (cartórios). A proposta é de que, a partir do lançamento, sejam realizadas ações conjuntas de adesão e incentivo à campanha na capital e no interior.

Presente na abertura do Ciclo de Debates, o secretário de Direitos Humanos do Maranhão, Francisco Gonçalves, informou que o Governo do Estado já iniciou um trabalho por meio do programa MaisIDH com a finalidade de levar serviços de cidadania aos municípios maranhenses. Segundo ele esse debate vem para somar propostas ao programa, que também tem a finalidade de realizar a emissão do registro civil de nascimento.

“Essa é uma articulação importante, porque só vamos conseguir resolver o problema do registro de nascimento com parceria entre instituições públicas com o apoio da sociedade civil. Assim, temos que evitar a fragmentação e fortalecer a atuação interinstitucional entre Corregedoria, Secretaria e os outros parceiros do comitê”, afirmou.

Ele também lembrou que em breve será retomado o trabalho de implantação de unidades interligadas de

registro civil no Estado. De acordo com a proposta da Secretaria, cada município que disponha de maternidade deverá contar com uma unidade que emite o registro ainda na maternidade, logo após o nascimento da criança.

Também estiveram presentes na abertura o defensor público Thiago Josino de Arruda, os juízes corregedores Tyrone José Silva e Oriana Gomes, o secretário Adjunto de Proteção Social da Semcas, Rodrigo Barbalho Desterro, e a presidente da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão, Mirella Brito Rosa.

2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís apresenta relatório “Justiça Juvenil 2014”

A 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís apresentou, na quarta-feira (27), o relatório “Justiça Juvenil em 2014: Atos Infracionais, Medidas Socioeducativas e Óbitos”. O documento apresenta os dados estatísticos dos processos distribuídos à unidade jurisdicional, da execução de medidas socioeducativas e dos óbitos de adolescentes em conflito com a lei, durante um ano.

Os dados mostram que os 910 processos em tramitação na unidade referem-se a 717 adolescentes.

Os dados foram apresentados pelo juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José Santos Costa, em solenidade no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Participaram da cerimônia a presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), Elisângela Cardoso; o secretário adjunto da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Rodrigo Desterro; o representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Saulo de Tarso; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio dos Santos Júnior; e o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos.

José Santos Costa disse que o relatório será elaborado anualmente. “Esse documento pretende inaugurar uma sistematização de informações que servirão para a 2ª Vara da Infância e Juventude, assim como outras entidades, para que possamos reverter o quadro de adolescentes em atos infracionais,” ressaltou o juiz.

A presidente da FUNAC parabenizou a iniciativa e a equipe da unidade jurisdicional e destacou a importância de se pensar em medidas socioeducativas de forma intersetorial, ou seja, em conjunto com as secretarias e instituições que estão diretamente ligadas à temática da criança e do adolescente.

Após a apresentação dos dados, foi realizada uma reunião com representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e das secretarias estaduais, para encaminhamentos sobre os casos de tortura e ameaças sofridas por adolescentes relatadas perante o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude.

Dados - no relatório constam dados quantitativos sobre a quantidade de processos na unidade, gênero dos adolescentes em conflitos com a lei, percentuais de adolescentes que estão em liberdade assistida, que cumprem advertência, que estão em medidas socioeducativas em meio fechado (semiliberdade e internação), entre outros.

Os dados apontam que os 910 processos em tramitação na unidade referem-se a 717 adolescentes, o que significa que, às vezes, um adolescente responde por mais de um ato infracional. O documento mostra, ainda, que 90% dos adolescentes que cometem atos infracionais são do sexo masculino e 10%, do sexo feminino. E em 58% dos atos, o mais praticado é o roubo. O homicídio atinge um quantitativo bem pequeno, cerca de 3% dos casos.

Além disso, as medidas socioeducativas são determinadas para 63,73% dos atos infracionais. A advertência, uma das medidas aplicadas, é cumprida por 87% dos jovens. Outro dado apresentado foi o quantitativo de óbitos de adolescentes que tinham processos na 2ª Vara de Infância e Juventude, com o total de 29 mortes, sendo que 51,7% desses adolescentes estavam na faixa etária de 17 anos e 93,1% foram vítimas de homicídio

por arma de fogo.

Inspeção no Judiciário do Estado do Maranhão

Inspeção instaurada junto à Justiça Comum Estadual de Primeira e de Segunda Instância do Estado do Maranhão. A inspeção não abrangeu a Justiça Militar do Estado, ou os serviços prestados pela Justiça Federal comum, trabalhista, eleitoral ou militar, conforme a Portaria nº 83, de 13 de outubro de 2008. Foi realizada Audiência Pública, no dia 23 de outubro de 2008, na qual foram colhidas sugestões e reclamações relativas às suas atribuições.

Visualize a Portaria de Instauração: Portaria nº 83, de 13 de outubro de 2008

Visualize o relatório final da Inspeção: Relatório Final da Inspeção nº 02- TJMA

Revisão da Inspeção (início 17 de maio de 2011):

Portaria nº 37, de 11 de maio de 2011. (Publicado no DJ Eletronico nº 86/2011, de 13/05/2011).

Visualize o relatório de Revisão de Inspeção: Relatório de Revisão.

Jornalistas discutem função social da imprensa

O papel dos meios de comunicação e a função social da imprensa na atual conjuntura política. Este foi um dos assuntos discutidos pelos profissionais da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, no projeto “Café com Palavra”, em mesa-redonda com o jornalista Itevaldo Júnior. Profissional com experiência nas áreas política e cultural, com reportagens marcantes na imprensa maranhense, Itevaldo Júnior afirmou em debate com os jornalistas do TJMA que os meios de comunicação social ocupam papel importante no processo de mudança da realidade política, econômica e social no País.

Questionado se a comunicação online, com os inúmeros recursos oferecidos pela Internet, pode comprometer a sobrevivência do jornal impresso, Itevaldo Júnior frisou que os veículos tradicionais de comunicação não podem competir de forma ingênua com a Internet. Para o jornalista, o jornal impresso tem que se reinventar nessa nova realidade no mercado da comunicação, para manter sua vitalidade como instrumentos de comunicação eficiente junto à sociedade, que já consegue aferir a qualidade da informação que recebe. Segundo ele, os veículos tradicionais, em especial impressos, devem manter o que têm de melhor, ampliando o contato com a sociedade, com efetivos investimentos no conteúdo e na qualidade do jornalismo praticado, dando mais consistência à notícia e evitando a superficialidade.

Itevaldo Junior diz que a força do jornalismo impresso está nas grandes reportagens com abordagens contextualizadas sobre temas pertinentes à sociedade, descrevendo o mundo no qual vivemos. O jornalista enfatizou que a imprensa tem que exercer plenamente a sua função social. No caso específico dos jornais, ele ressalta que esse segmento de mídia não pode abandonar a grandes reportagens e tratar com superficialidade questões que definem a vida do cidadão.

Presidente de associação de juízes rebate afirmação de deputado

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio dos Santos, minimizou as declarações do deputado estadual Cabo Campos sobre a polêmica afirmação de que a decisão do juiz era “piada”.

Para o presidente da AMMA, a afirmação de Campos foi feita num momento de emoção e que demora a acreditar que um deputado possa considerar a decisão de um juiz como algo sem importância. “É um companheiro de farda e, talvez por isso, o deputado tenha feito a afirmação. Eu custo a crer que um parlamentar possa considerar uma piada a decisão de um juiz”, afirmou.

Sobre a proposta de Cabo Campos de alteração na lei de execuções penais que tratam dos indultos. A negação de direitos, analisa o magistrado, não é o melhor caminho para se construir uma sociedade mais segura.

Gervásio dos Santos observa que declarações como essas não vão resolver questões referentes a segurança e defende que os investimentos precisam ser feitos tanto em capacitação quanto em estrutura. “Não são bravatas que vão resolver, sejam elas do legislativo ou executivo. Precisam ser feitos investimentos estruturais nas policias militar e civil, passando pelo aumento do efetivo e valorização do profissional de segurança. A sociedade, por sua vez, precisa entender que essas medidas só apresentarão resultados a curto e médio prazo”, completa.

Farmácia vendia medicamentos falsificados e sem registro

Caso aconteceu em Pedreiras e Justiça mandou interditar o lugar.

Uma liminar concedida pela Justiça, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, determinou a interdição das atividades comerciais da empresa F.R. Loiola e Cia Ltda e de Francisco Ronaldo Loiola, Fabrício Lopes Freire Monteiro, Raimundo Nonato Freire Monteiro, na cidade de Pedreiras, devido à fabricação de medicamentos sem registro e falsificados.

Como consequência da decisão, serão suspensos os efeitos do alvará de autorização sanitária, concedido pelo Município de Pedreiras à empresa F. R. Loiola & Cia Ltda, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, determinou ainda que, para dar efetividade à decisão, sejam interditadas e lacradas as dependências da empresa (situada na Rua Miguel Atta, 120-A, centro de Pedreiras) por oficial de justiça, com a apreensão de medicamentos e insumos farmacêuticos armazenados no local.

Foi determinada, ainda, a indisponibilidade dos bens móveis, imóveis e aplicações financeiras em contas bancárias dos implicados, limitada ao montante de R\$ 538.748, equivalente a 10 vezes o valor da nota fiscal de aquisição dos frascos de remédios apreendidos em operação policial realizado na fábrica clandestina em dezembro de 2014.

HISTÓRICO DO CASO

A Ação Civil Pública, ajuizada em janeiro deste ano pela promotora de justiça Sandra Soares de Pontes, teve como referência inquérito instaurado na Delegacia de Polícia Civil de Pedreiras, após denúncia feita à Superintendência da Vigilância Sanitária Estadual (Suvisa), que informou a existência de uma fábrica clandestina de medicamentos.

Em inspeção realizada pela Suvisa na sede da empresa Ronaldo Medicamentos, os agentes encontraram medicamentos sem registro de comercialização e/ou de comercialização proibida, a exemplo de "tintura de Jalapa Sobral", "aguardente alemã", "gotas do Zeca", "emagresim" e "diabefim". Todos sem registro junto ao Ministério da Saúde/Anvisa.

Além disso, foram verificados depósitos com farta quantidade de ervas, produtos químicos, invólucros, bulas, caixas e apetrechos utilizados para a falsificação.